

Codeplan: balanços e perspectivas

Paulo Timm

* 8 DEZ 1992

CORREIO BRAZILIENSE

A Codeplan acaba de completar 26 anos de existência. Neste tempo, acumulou um considerável acervo de contribuições ao processo de modernização da máquina governamental, mas também um grande número de contratempos e até de incômpreensões conceituais. Hoje, vê-se a tradicional Codeplan em crise: perplexidade dos funcionários, cujo teto salarial alcança o ridículo valor de Cr\$ 7.200.000,00 ou cerca de 600 dólares mensais, o bloqueio das contas bancárias pela Justiça do Trabalho, por absoluta insuficiência patrimonial, para cobrir débito trabalhista e uma grande controvérsia sobre os papéis da Codeplan que já descambam para a ameaça de fechamento.

A Codeplan nasceu em 1966 como uma tentativa de fazer Brasília cumprir seu histórico papel de promoção de desenvolvimento regional. A época, foi-lhe destinado um instrumento financeiro para realizar este processo: o Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal — Fundef. Fazia sentido: o projeto urbano de Brasília já estava praticamente definido e era hora de dar início à “criação” da sua região geoeconômica, a qual expressaria a interiorização pretendida com a Nova Capital.

Lamentavelmente, o instrumento financeiro escapou à Codeplan. Foi parar nas mãos do Fisco, sempre aturdido com a forte necessidade de recursos para o financiamento do setor público local. E a Codeplan contentou-se com um papel subsidiário a um sistema de planejamento que insistia em desdenhar da importância de estudos básicos para a tomada de decisões do Buriti. Realizou, não obstante — sempre padecendo de grandes dificuldades orçamentárias — alguns importantes estudos. Mas, rigorosamente, jamais conseguiu se transformar, até hoje, num instrumento de planejamento

governamental. Não tem competência normativa; não tem assento nos órgãos de deliberação colegiada, não acompanha a execução orçamentária; não é jamais chamada a participar de qualquer processo decisório sobre projetos governamentais.

Assim, vegetou a empresa até os anos 70, quando, mercê da onda informatizante, abrigou a criação do Centro de Processamento de Dados do GDF, daí retirando importante papel na normatização desta área através do controle exercido sobre a CATI — Coordenação de Administração e Tratamento de Informações.

As funções de planejamento e fomento do desenvolvimento regional, porém, que deram origem à Codeplan, foram sucumbindo às demais atividades de processamento de dados.

Isto refletia-se, internamente, na marginalização da área técnica, cada vez em número relativamente menor e com orçamento mais estreito frente à informática.

Os últimos dez anos, no entanto, parece que lhe foram fatais.

O salto da informática para o microcomputador reduziu os custos de processamento de dados transferindo, cada vez mais, e preços cada vez menores, as tarefas executivas para os múltiplos usuários. O próprio salto tecnológico disseminou a cultura do processamento para o conjunto da sociedade, gerando nova elite de profissionais com grande capacidade de improvisação e atuação no mercado.

Neste contexto, a Codeplan, enrijecida no modelo tecnológico da geração de grande porte, ancorada nos controles centralizantes, dissociada internamente entre Diretoria Técnica e de Informática perdeu terreno e clientes. Agências do próprio GDF foram gradualmente desprendendo-se da Codeplan e montando seus próprios departamentos de informática.

A razão principal deste modelo era simples: o GDF já se instrumen-

talizara para o planejamento nas esferas setoriais, através do DTU (Secretaria de transportes), Cosplan (Secretaria da Fazenda e Planejamento), a SDU (SOP) e Iema e ICT (Sematec). A própria natureza da Codeplan como empresa pública a excluiu dos órgãos colegiados como (CDE, Cauma), Conselho de Política Ambiental, etc). Sem qualquer espaço no campo do planejamento restava-lhe, pois, o único caminho para a sobrevivência institucional, ainda que ao preço de afastar-se do campo normativo e decisório: a produção, tratamento e difusão da informação para o planejamento físico, demográfico e sócio-econômico da cidade. Nestes campos deu um salto gigantesco passando a ser parceira de entidades internacionais (FNUAP-ONU, IAURIF/FRANÇA), nacionais (Dieese, IBGE, ABEP etc) e locais (FCDF, UnB, Fibra).

A crise atual apanha, pois, a Codeplan no momento preciso em que suas áreas técnicas e de processamento invertem suas posições na definição conceitual e estratégica da empresa. A área técnica com 1/3 da empresa se redefine para o campo da informação e demonstra cabalmente sua importância para o desenvolvimento do geoprocessamento como ferramenta responsável pela manipulação de informações para o planejamento da cidade, enquanto a informática com 2/3 restantes, se debate na tentativa de migrar para um modelo menor, mais competitivo e eficiente.

Lamentavelmente, neste preciso momento, em lugar de reflexão serena e transparente sobre as origens da crise institucional, tecnológica e financeira da Codeplan, sobrevém a tensão das informações vazadas dos gabinetes de autoridades superiores prenunciando o pior: o fechamento da Codeplan.

■ Paulo Timm, economista, é diretor-técnico da Codeplan — Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central